

INTERVENÇÃO MILITAR DA SADC EM MOÇAMBIQUE

Zimbabwe evita envolver suas tropas em combates, África do Sul enfrenta críticas da oposição e Tanzânia continua no silêncio

- Ainda não são publicamente conhecidas as razões que levam um Estado a optar pelo envio de tropas para o campo de combate ou pelo envio de assessores e instrutores militares para prestarem assistência durante as operações da missão da Força em Estado de Alerta da SADC.



O facto é que depois de Angola, Zimbabwe é o segundo Estado-membro da SADC que não quer ver as suas tropas envolvidas em combates contra os extremistas violentos. Harare vai mandar 304 militares para Moçambique, até aqui o segundo maior contingente depois da África do Sul (1.495). Mas os mais de 300 efectivos zimbabweanos vêm na qualidade de instrutores militares para treinar e capacitar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

À semelhança da África do Sul, o Governo do Zimbabwe foi um dos defensores da intervenção militar da SADC em Cabo Delgado para conter o avanço dos grupos extremistas violentos. Aliás, as tropas zimbabweanas têm um histórico de intervenções em Moçambique durante a guerra civil dos 16 anos. Nos meados da década de 1980, por exemplo, um regimento de para-que-distas zimbabweanos ajudou o Exército moçambicano a tomar de assalto a Casa Banana, à época base central da guerrilha da

Renamo. Facto curioso é que o regimento era comandado pelo coronel Lionel Dyck, o actual dono da DAG, a empresa de mercenários que foi contratada pelo Governo para combater os extremistas violentos em Cabo Delgado.

Zimbabwe pode estar a evitar o envolvimento das suas tropas em combates devido às dificuldades financeiras que atravessa. Inicialmente, parecia estar claro que as despesas da missão da Força em Estado de Alerta seriam suportadas pela própria SADC, através das contribuições dos Estados-membros (sete milhões de dólares) e do Fundo de Emergência (cinco milhões de dólares). Mas o facto é que cada Estado que anuncia o destacamento de tropas para Moçambique está a assumir, ele próprio, todas as despesas relacionadas com a logística, operações e equipamento militar. Na verdade, os atrasos que se verificam no envio das tropas da SADC para têm que ver, entre outros motivos, com a falta de clareza por parte dos Estados-membros sobre quem irá pagar os custos pela participação das suas tropas na intervenção militar em Cabo Delgado.

Entretanto, a Ministra da Defesa do Zimbabwe, Oppah Muchinguri Kashiri, disse na quinta-feira que o envio de instrutores militares faz da estratégia acordada pe-

los Estados-membro da SADC. “Enquanto outros países têm de enviar tropas de combate, o Zimbabwe prometeu ajudar a treinar as Forças Armadas de Moçambique para melhorar a sua capacidade de combate ao terrorismo”¹. O envio de 304 militares (303 instrutores militares e um oficial de coordenação) é o primeiro grande destacamento de tropas zimbabweanas na região desde 1998, quando Harare enviou soldados para a República Democrática do Congo em apoio ao falecido Laurent Kabila.

Na África do Sul, a Aliança Democrática (DA, sigla em inglês), principal partido da oposição, continua a levantar várias questões relacionadas com o envio de 1.495 militares para Moçambique, sobretudo os custos desse destacamento militar. “Na sua carta ao Parlamento, o Presidente indicou que o envio de militares sul-africanos deverá custar os impressionantes 984.368.057 rands. Não há indicação sobre a fonte de financiamento e os custos certamente não podem ser suportados pelos contribuintes sul-africanos”, disse Kobus Marais, Ministro da Defesa e Veteranos Militares do governo sombra da oposição².

A Aliança Democrática defende que o orçamento equivalente a 66 milhões de dólares deve ser suportado pela SADC

e considera “grosseiramente injustificável” a ideia de que os custos do destacamento sejam pagos pelos contribuintes sul-africanos. Outras questões levantadas pela oposição têm que ver com o uso de meios das Forças Armadas sul-africanas pelo contingente destacado para Moçambique, como o helicóptero de ataque Rooivalk da Força Aérea e plataformas da Marinha. “Será uma ou mais fragatas que serão despachadas para o norte de Moçambique para patrulha marítima e trabalho de protecção, bem como para enviar forças de bordo? Está sendo considerada a atribuição de tarefas a um submarino Tipo 209³”, questionou.

A missão da Força em Estado de Alerta da SADC terá uma duração de três meses, isto é, de 15 de Julho a 15 de Outubro. A Aliança Democrática considera que o prazo é demasiado curto para acabar com o extremismo violento em Cabo Delgado, por isso receia que, futuramente, Cyril Ramaphosa pode vir a aprovar a extensão do tempo de duração da missão do contingente sul-africano. “E se for aprovado, quem vai pagar a conta”, questionou Kobus Marais, lembrando que falhas de planeamento e de logística resultou na morte de 15 soldados sul-africanos destacados para uma missão na República Centro-Africana, em 2013.

Tanzânia continua no silêncio e parece estar mesmo a descartar envio de tropas

Em Maio último, antes mesmo da SADC decidir sobre o envio de tropas para combater o extremismo violento em Cabo Delgado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Liberata Mulamula, disse que o seu país não estava em condições de enviar tropas e sugeriu um diálogo concertado entre as várias partes interessadas, bem como a assistência ao desenvolvimento como soluções preferenciais. “Tanzânia não tem planos porque não sabe com quem lutar. Em vez disso (envio de tropas), irá participar através de conversações para impedir o extremismo violento e a continuação dos crimes em Moçambique”, disse o chefe da diplomacia da Tanzânia, citada pelo jornal The Citizen⁴.

Na cimeira extraordinária da SADC que decorreu em Junho na Cidade de Maputo, a Presidente da Tanzânia, Samia Suluhu, saiu da sala de sessões três (3) horas



Presidente da Tanzânia, Samia Suluhu

¹ <https://www.defenceweb.co.za/joint/diplomacy-a-peace/zimbabwe-sending-troops-to-mozambique/>

² <https://www.defenceweb.co.za/featured/questions-coming-on-sa-mozambique-military-involvement/>

³ <https://www.defenceweb.co.za/featured/questions-coming-on-sa-mozambique-military-involvement/>

⁴ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/SADC-tem-12-milhoes-de-dolares-para-intervencao-militar-em-Mocambique.pdf>

antes do encerramento do encontro dos líderes regionais. Não são conhecidas as razões que levaram a Estadista da Tanzânia a “abandonar” a cimeira da SADC, a primeira em que marcou presença desde que chegou ao poder em Março último, em substituição do falecido John Magufuli. Nas cimeiras extraordinárias do Órgão da SADC para Política, Defesa e Segurança e da Dupla Troika da SADC realizadas em Abril e Maio em Maputo, a Presidente da Tanzânia fez-se representar através do Presidente do Governo Revolucionário de Zanzibar, Hussein Ali Mwinyi.

Há quase 20 anos que a Tanzânia decidiu se concentrar na diplomacia económica para estimular o crescimento económico. Em 2008, abriu uma excepção e participou na operação militar que “invadiu” a ilha Anjouan, nas Comores, para depor o coronel Mohamed Bacar, que se recusara

a renunciar depois de perder uma disputada eleição de 2007, desafiando o governo federal e a União Africana. Internamente, a participação da Tanzânia na operação militar apoiada pela União Africana faz parte do compromisso de estabelecer um equilíbrio entre a busca de interesses económicos e o cumprimento das obrigações internacionais.

Embora Tanzânia mantenha o compromisso de apoiar a manutenção da paz e a resolução de conflitos, a verdade é que o país não está mais disposto a fazê-lo de maneira que prejudique a sua situação económica ou financeira. Há sentimentos populares entre os tanzanianos de que o país estaria muito avançado economicamente se houvesse uma restrição na alocação de recursos para iniciativas e missões de paz no continente.

Outro factor tem que ver com o custo da intervenção em um país vizinho, como

Moçambique. O apoio da Tanzânia à libertação na África Austral, particularmente em Moçambique, foi associado a ataques transfronteiriços de forças financiadas pelo regime do Apartheid da África do Sul e pela então Rodésia do Sul (Zimbabwe). Sentimentos de marginalização nas regiões de Lindi e Mtwara – na fronteira com Moçambique, foram atribuídos ao impacto da guerra suportado pela população local e ao fracasso dos sucessivos governos em implementar acções correctivas e iniciativas de desenvolvimento.

A descoberta de reservas de gás natural e a retoma do plano para construir um complexo de Gás Natural Liquefeito (GNL) em Lindi aumentaram a importância estratégica dessas regiões a sul da Tanzânia. Um destacamento militar para Cabo Delgado poderia implicar um risco significativo.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

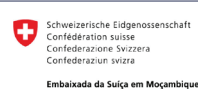
Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

